



2018/03/27

## Forças Armadas. A reflexão e o debate público que se não fazem. A propósito de uma conferência sobre o recrutamento militar

João Bargão dos Santos<sup>1</sup>

“... os sucessivos governos da República de forma autista e tendencialmente irresponsável, têm vindo a recusar o agendamento político sobre a questão do serviço militar, impedindo, a reflexão e o debate público sobre uma política que sendo efectivamente estruturante para a Defesa Nacional, é reconhecidamente relevante para o reforço agregador da identidade nacional.



Deste modo tornar-se-á incontornável que, face ao quadro das vulnerabilidades do actual modelo do serviço militar e perante as assinaláveis mudanças dos quadros geopolíticos e de segurança europeu e mundial em presença, a sociedade civil possa vir a ter uma participação plena e activa num debate público que não deverá ser-lhe cerceado sobre tão importante, como sensível matéria.

... entretanto, às falácias tecnológica, financeira e ocupacional sobre o SMO, tão intensamente inculcadas na opinião pública pelos “*opinion makers*” do costume, deverão opor-se as verdades do capital humano, do capital social e do capital cultural, respectivamente resultantes do cultivo de novas capacidades, de novas relações humanas e de novos códigos de conduta e de comportamento, reconhecidamente presente na prestação do Serviço Militar Obrigatório. (Formeiro Monteiro, TGen, in “Revista Militar”, Jan. 2018).

No âmbito da Comissão Nacional de Defesa vai realizar-se (quarta-feira, 28 de março) na Sala do Senado da Assembleia da República uma conferência sobre “Recrutamento Militar dificuldades e desafios”.

Com a presença de participantes experimentados e conhecedores naquele domínio, a questão, que se pode desde já colocar, é saber se é possível discutir formas de recrutamento e admitir desafios para a sua qualificação, se não se iniciar primeiramente a discussão sobre a definição do “modelo de serviço militar” que devemos ter para o País. Sobretudo, quando a discussão sobre o eventual regresso do Serviço Militar Obrigatório é assunto reconhecidamente afirmado como “tabu” e indiscutível para o governo e respectiva tutela.

Neste sentido, a questão que se poderá ser colocada é a de saber objectivamente, porque se realiza então esta conferência, isto é, será que se considera que possam surgir ideias novas, com novas soluções ou apenas que a mesma servirá para dar

<sup>1</sup> O autor não segue o acordo ortográfico.

cobertura a uma situação que se sabe ser inaceitável e não corresponder ao desígnio nacional?

Ou seja, fazer passar a ideia que a actual política de serviço militar é aquela que melhor corresponde aos interesses nacionais, estando já consolidada e que para calar os críticos e impedir qualquer reflexão cívica se procede a uma manobra manipuladora da opinião pública que no final vai concluir e uma vez mais, que as FFAA terão de proceder às mudanças estruturais indispensáveis, leia-se menos meios e Unidades, com a redução da sua presença territorial traduzida num menor contacto com as populações e na continuada progressão da sua irrelevância nacional.

Em concreto, esta conferência vai apenas permitir adiar o essencial, procurando dar a ideia que não terá sido por falta de empenho do governo e da tutela no debate público, que alguma vez terá estado em causa a procura das soluções mais adequadas para a resolução de uma questão tão importante.

Na realidade, o que se torna mesmo inadiável e antes de tudo, é saber o que o País de facto necessita, conseguir explicar o “porquê e para quê” e somente depois concluir qual o modelo de serviço militar a adoptar e tomar as medidas adequadas à sua efectiva funcionalidade.

Neste sentido, se nesta conferencia não se falar como se pode criar a motivação e o orgulho pátrio da juventude, de como se forma e consolida a cidadania, num esforço integrado e nacional mas sempre adiado, apenas e mais uma vez, se assistirá ao protelar irresponsável de decisões estruturantes que o País político teima em não enfrentar e resolver.

E se não ficar ainda claro, que a opção pelo actual modelo não se resolve naturalmente com o pagamento de 500 euros por mês aos Praças que se voluntariam para o serviço militar, quando os seus congéneres nas Forças de Segurança, auferem o dobro daquele valor, com condições de progressão e estabilidade profissional, absolutamente distintas, não haverá lugar a quaisquer alternativas credíveis para apresentar e discutir.

No entanto, tem sido evidente e inaceitável o desinvestimento progressivo nas FFAA e não tão somente por questões de economia e poupança, mas igualmente por nunca se ter conseguido entender a sua própria idiosincrasia e a sua efectiva necessidade, tendo sempre prevalecido o compromisso político com uma adquirida e velha tradição, em “dispor de Forças Armadas”, com o encargo histórico de então as perpetuar.

Contudo, permitir que se possa diminuir para cerca de 6000 elementos, os efectivos do contingente de praças no Exército, por exemplo, fazendo perder cinquenta por cento dos números de 2011 e com um decréscimo de mais de sessenta por cento no empenhamento das Forças Nacionais Destacadas e de Elementos Nacionais Destacados ao longo deste período, é lidar irresponsavelmente com um assunto de absoluta relevância a nível nacional e chegar com facilidade ao “faz de conta”, perante uma intolerável passividade das Chefias Militares .

O Exército ao invés da Marinha e da Força Aérea assenta essencialmente nos seus recursos humanos a respectiva força operacional, indissociável ao cumprimento da missão, porque é o mesmo que sempre avança, conquista, ocupa e consolida os objectivos e no terreno.

A operacionalidade de qualquer Exército resulta de inúmeras e complexas variáveis, mas determina e sempre, rotinas articuladas e permanentes de aprendizagem,

aperfeiçoamento, instrução e treino, que nunca se deverão confundir de forma alguma, com accões de rotina “por lembrança” ou “no play”.

Daí que importa de facto, que exista uma decisão sobre o “modelo” a adoptar para as FFAA, de forma que os sucessivos conceitos estratégicos de defesa e militar (diz - se isto, há pelo menos 40 anos após fim da guerra em África) não passem de uma mera abstracção e descrição de objectivos teóricos e indetermináveis e sejam de facto levantados de forma realista após a sua clara e inequívoca definição.

Em síntese, sem previamente haver lugar a uma reflexão e a uma análise aprofundada e rigorosa sobre os recursos e os meios indispensáveis ao efectivo cumprimento das missões atribuídas às FFAA , fundamentadas em “estudos de situação” competentes e avalizados por Chefes militares conhecedores e responsáveis, não será possível estar-se preparado com seriedade para cumprir as missões definidas constitucionalmente, nem respeitar os compromissos de natureza multinacional a que estamos vinculados por via das nossas alianças e parcerias.